



Anais da Assembléia

Nº 70

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, 23 DE JUNHO DE 1975

ANO I

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 104ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1975
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, secretariada pelos Srs. Deputados Lúcio Machado e Nelson Buffara.

Às 14,00 horas, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Del Ciel, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Damos, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Squarezzi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, João Cioni, Osvaldo Macedo, Rosário Pitelli (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE – Não há expediente a ser lido.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA:— da Proposição Nº 101/75, veto aposto ao Projeto de Lei Nº 234/73, de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para efeito de conservação e melhoria, o trecho de estrada da PR-25, que liga o Município de Tijucas do Sul e Morro do Tigre, numa extensão de 13 kms. Parecer da C.C.J. pela manutenção do veto. Encerrada a discussão. Em votação.

Mantido o veto, rejeitado o projeto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 24, terça-feira, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA:— da Proposição Nº 80/75.

Levanta-se a sessão.

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8ª LEGISLATURA
ATA DA 105ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1975
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, secretariada pelos Srs. Deputados Otássio Pereira e Lúcio Machado.

À Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Aguinaldo Pereira Lima, Del Ciel, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Damos, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Nelson Buffara, Nilso Squarezzi, Muggiati Filho, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (46); achando-se ausentes os Srs. Deputados Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Deni Schwartz, Ernesto Dal'Oglio, Fuad Nacli, João Cioni, Osvaldo Macedo, Rosário Pitelli (8).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO – procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada, sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

EMENDA

Emenda ao Projeto de Lei Nº 119/74

Incluem-se os seguintes artigos:

Art.— O beneficiário deverá iniciar as obras dentro de 2 (dois) anos e concluí-la em 4 (quatro), revertendo os lotes ao Patrimônio do Estado, não cumprindo o disposto neste artigo.

Art.— Os lotes objetos da presente doação, ficam gravados com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) ENÉAS FARIA.

REQUERIMENTOS

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado na ata dos trabalhos desta sessão, voto de profundo e sentido pesar pelo falecimento do Dr. Victório Elcely Cleve Francklin, figura de alta respeitabilidade e magistrado de reconhecido talento, pelo que, o seu passamento consternou toda a sociedade curitibana e paranaense.

Outrossim, requer mais, seja dada ciência da decisão à família enlutada.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) ENÉAS FARIA.

R E Q U E R I M E N T O

Senhor Presidente.

Pelo documento que intitulou "REFORMA COM DEMO-

CRACIA", o Deputado federal ULISSES GUIMARÃES, Presidente Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, propõe à Nação a elaboração de uma Nova Constituição, com a participação do Presidente ERNESTO GEISEL e da Aliança Renovadora Nacional, formando uma frente comum visando a reforma constitucional "como nova etapa da distensão política".

Em nome do MDB o seu Presidente confirmou um compromisso perante o País, de só querer a normalidade democrática. E acentuou: "Como decorrência, participará imediatamente com o Presidente Ernesto Geisel e a ARENA de um front para mobilizar e ouvir os setores representativos do País, para a elaboração de uma Constituição democrática, que contenha as supremas definições políticas, sociais, econômicas e de justiça, necessárias ao povo brasileiro".

Tendo em vista o alto sentido patriótico da mensagem, que transcende das novecentas linhas em que é vasado o documento, cuja sustentação será feita em separado, da tribuna, propõe-se, ouvida a Casa, seja consignado na ata dos trabalhos do dia, um voto de aplauso ao Deputado Ulisses Guimarães, na qualidade de Presidente Nacional do MDB, devendo tal manifestação ser comunicada, por telex, ao Exmo. Sr. Presidente da República, ao Exmo. Sr. Presidente Nacional da ARENA, ao Exmo. Sr. Presidente Nacional do MDB e às Assembléias Legislativas estaduais.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) MUGGIATI FILHO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Na forma regimental, requeiro, após ouvido o plenário, que se oficie ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, sugerindo que em sua próxima ida à Maringá, o titular da Pasta da Educação e Cultura lembre-se em dar prioridade em suas visitas aos estabelecimentos de ensino do Estado que sobrevivem precariamente, desassistidos e ignorados pela atuação da política administrativa estadual, desenvolvida, pelo menos, até a última gestão. Para tanto, sugerimos que o Sr. Secretário não deixe de dar uma "passadinha" no ginásio estadual "Getúlio Vargas", localizado no distrito de Floriano; nos grupos e ginásios estaduais "Ayrton Playzant", "Loyde Novais", "Theobaldo Miranda Santos", "Ipiranga", "Castro Alves" e outros, todos localizados na sede do Município.

A presença do Sr. Secretário é fundamental para que os investimentos financeiros na área do ensino, sejam efetuados com justa prioridade e comprovado humanismo.

JUSTIFICAMOS:

Anexamos recorte de uma reportagem do Jornal "Folha de Londrina" (20-06-75), mostrando o abandono em que se encontra o prédio do ginásio estadual Getúlio Vargas, localizado no distrito de Floriano, cuja permanência seriamente ameaçada em decorrência da distância que existe entre a Administração do Estado, através da Secretaria de Educação e sua 32ª Inspeção Regional de Ensino, com esse estabelecimento educacional. A situação configura principalmente a falta de informações em que se exercitou até agora a Secretaria de Educação e, ao que parece, pretende prosseguir desinformada, gerando o que ora expomos.

Os veículos de informação tem mostrado permanentemente a presença do Secretário Borsari Netto percorrendo as comunidades paranaenses. É provável que a longa duração das festas recepções e outras atividades políticas-eleitorais arenistas em incursões "administrativas", estejam impedindo o Sr. Secretário de Educação de caminhar onde realmente existam problemas a solucionar. É vital ver, ouvir e sentir o quanto está sendo aviltada essa geração que estuda em autênticos barracões apodrecidos, abandonados pela incompetência de um sistema de Governo

preocupado mais em fazer teatro para ludibriar nossa gente, do que, propriamente, em edificar a grandiosidade brasileira.

Confiando no trabalho e seriedade do Governo presente, estamos convictos de que haveremos de ser ouvidos. O ginásio estadual "Getúlio Vargas" se constitui em exemplo isolado. A verdade é que centenas de outros estabelecimentos de ensino, espalhados pelo Paraná, sobrevivem graças ao denodo e amor de heroínas professoras, que não conseguem impedir o estado de promiscuidade nesses estabelecimentos, em razão da distância em que está o complexo central educacional do Estado.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) VALTER PIETRÂNGELO

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o plenário, seja encaminhado ofício ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Dr. Osiris Stenghel Guimarães, apelando no sentido de ser asfaltada com urgência, a estrada PR-450, trecho Centenário do Sul - Porecatú.

Com o asfaltamento em apreço, visamos proporcionar à região, fácil escoamento de sua produção agro-pastoril, o que vem se fazendo com dificuldade, principalmente na época das chuvas.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) FUAD NACLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos do Regimento Interno, e no Art. 20 da Constituição, requer seja convocado o Exmo. Sr. Secretário de Estado da Educação e Cultura, para, em dia e hora a serem designados por V. Exa., pessoalmente prestar informações acerca do "Estatuto do Magistério".

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 86/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DEFESA E EDUCAÇÃO AMBIENTAL "ADEA", com sede nesta Capital.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de junho de 1975.

a) PAULO CAMARGO.

JUSTIFICATIVA:

A simples leitura dos objetivos da entidade que com este Projeto de Lei pretendemos declarar de utilidade pública, contidos no art. 2º e alíneas e art. 3º do seu Estatuto, justificam plenamente a presente iniciativa. Art. 2º - Constituem objetivos específicos da ADEA:

- a) a defesa da natureza, com vistas à melhor qualidade do ser humano;
- b) a educação do povo, no que concerne à utilização dos recursos naturais sem destruí-los;
- c) a colaboração com o Poder Público, na busca de opções

para o desenvolvimento nacional e nas iniciativas governamentais relacionadas com a defesa na natureza;

d) a renúncia às autoridades dos atos que impliquem o uso nocivo dos recursos naturais e prejudicial ao meio ambiente;

e) a iniciativa de procedimentos visando coibir os atos de violação das leis de conservação da natureza.

Art. 3º - Dentro dos objetivos colimados, a ADEA procurará influir para que o Poder Público an. elaboração e implementação dos planos de desenvolvimento, ofereça alternativas para a tomada de decisões que considerem a necessidade vital de preservar e utilizar racionalmente os recursos naturais, sem deterioração da qualidade de vida e sem devastação do Patrimônio natural do País.

PROJETO DE LEI Nº 87/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Em qualquer forma de licitação, tanto nos órgãos da administração direta, como nos integrantes da administração indireta, será deduzida importância correspondente à alíquota do Imposto de Circulação de Mercadorias, incidente sobre o valor das propostas apresentadas por empresas sediadas no Paraná, cujo abatimento será considerado no confronto com as empresas sediadas em outros Estados.

Art. 2º - O Poder Executivo, se julgar necessário, baixará as normas regulamentares da presente lei.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

A norma deste projeto amplia o que já constava do Decreto 475, de 28 de junho de 1971, com a finalidade de proteger a empresa paranaense, nos negócios com o Estado, em confronto com organizações de finalidades econômicas de outras praças.

A medida protecionista dos empreendimentos sediados em nosso Estado, está em perfeita consonância com a política adotada na maioria das demais unidades federadas e representa a tendência de fortalecer os polos de desenvolvimento, segundo a estratégia do governo central.

O SR. PRESIDENTE - Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de registrar a presença em plenário, do Sr. Prefeito de Ivaí.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Squarezi, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. NILSO SQUAREZI - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa de hoje, escrita e televisionada, dá um destaque sobremaneira com referência ao Viaduto do Capanema, e a diversas pontes em estado precário, no Paraná. A propósito, este Deputado quer consignar nos Anais da Casa, a maneira como entende este problema, e para tanto, elaborei uma pequena crônica que passarei a ler.

(Lê)

"O VIADUTO QUE DESAFIA A LEI DA GRAVIDADE"

Ironia ou não, a verdade é que parece que os engenheiros da Prefeitura Municipal de Curitiba estão querendo contestar a lei da gravidade, já enunciada a trezentos anos pelo inglês Sir Isaac Newton. A outra conclusão não se pode chegar: interditou-se um viaduto, para o tráfego que roda sobre o mesmo, mas não se proibiu o trânsito em maior volume, que trafega embaixo do viaduto. Será que referido ciaduto, cai para cima? ...

Realmente, a ironia acontece neste Paraná.

Na Ponte do Rio Tibagi, também ameaçada de cair, interdita-se uma só pista e deixa-se o risco para os transeuntes que estão liberados para ocuparem a outra pista, como se um só lado da ponte, que é inteiriça, esteja propenso a cair.

As pontes do Paraná, são figuras de destaque neste Estado. As localizadas na Estrada Curitiba-Foz do Iguaçu, já mataram mais gente que a própria meningite. E a vacina para esta mortandade constitui-se no simples alargamento daquelas pontes. Denúncias, pedidos e reivindicações às autoridades é que não faltam, e contudo o problema continua. Muitos já estão torcendo para que referidas pontes caíam de uma vez, que então providências serão tomadas, esperando-se apenas que não sejam reconstruídas com os mesmos erros e riscos que oferecem ao trânsito.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, ocupo a tribuna para congratular-me com a nossa imprensa, que corajosamente denunciou a gravidade do que ocorria no viaduto do Capanema. Gravidade confirmada na última semana, quando parte do viaduto desabou e não caiu para cima, mas conforme todos previam, menos os responsáveis pela interdição, que ainda não entenderam os riscos do trânsito que circula embaixo daquele viaduto. Assim, incorporo minha voz à da imprensa, acrescentando nestas palavras uma advertência de efetuarem um esclareciemnto público e idôneo do que ocorre no viaduto do Capanema.

Devem entender aquelas autoridades, que a população curitibana já não pode mais acreditar no laudo técnico firmado e na garantia de não haver riscos de quedas. Devem lembrar-se que por ocasião da queda do elevado Paulo de Frontin, na Guanabara, o maior número de vítimas registrado, era realmente os que transitavam sob o viaduto. Devem finalmente, lembrar os homens da Prefeitura, que não se pode jogar com a sorte em tal situação mas única e exclusivamente com a certeza.

Parece que a insistência da imprensa ainda não foi suficiente para conscientizar os homens da Prefeitura, que por sinal tem à testa um engenheiro. Para que essa responsabilidade fique bem caracterizada é que ocupo esta tribuna, Sr. Presidente, pois a segurança dos curitibanos não pode, em absoluto, ficar na pendência de um laudo técnico que demonstrou ser inidôneo.

Psicologicamente a população está preparada para a interdição, pois o óbvio está aí, se parte do viaduto caiu sem qualquer tráfego sobre ele, existe risco de que o resto também venha abaixo. Este risco, o povo não pode enfrentar. E esta advertência tenho certeza, Sr. Presidente, a nossa imprensa se encarregará de transmitir à Prefeitura Municipal."

O SR. PRESIDENTE - Concedo a palavra ao Sr. Deputado Otássio Pereira, segundo orador inscrito.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Diferentemente de Paulo Pimentel, que foi eleito pelo voto direto do povo e que por isso sempre correspondeu àquela confiança, realizando uma gestão corajosa, dinâmica e otimista, o atual Governo do Estado mostra se preocupar apenas em fortalecer seu Partido, com incursões demagógicas pelo interior, como se isso bastasse para modificar a imagem negativa da administração estadual. Mas essas andanças ilude sua falta de visão. tem um mérito fundamental, o do fortalecimento da crença do povo paranaense na filosofia e no ideário do MDB que prega o retorno do país à normalidade democrática, à normalidade jurídica, pelo estabelecimento de uma verdadeira justiça social, onde os valores individuais haverão de ser reconhecidos.

E verificamos que esta preocupação do Governo em ditar diretrizes ao Poder Político, tem suscitado controvertidas opiniões a respeito da validade dessa atuação, motivando, com resultado grave, o desprestigiamento do secretariado governamental a esta Casa, o que se comprova pelo volume de pedidos de informações que permaneceram sem resposta.

O episódio da semana passada, que transpirou dos corrodo-

res palacianos, quando o Governador exasperado ameaçou renunciar ao seu mandato, sendo impedido, segundo os rumores, por seus amigos mais chegados.

Srs. Deputados, isto nos faz pensar que o atual Governo, no passo em que andam as coisas, certamente, não concluirá o seu mandato, renunciando muito antes, validando a tese de que compete ao povo escolher os seus mandatários, de forma discreta, secreta e livre.

E lembro que John Kennedy, respondeu a inquérito, quando na Casa Branca, exatamente por manter um sistema de informações ao público, com notícias dirigidas, destinadas a iludir a opinião pública.

Porisso, Srs. Deputados, no Paraná, o povo não toma conhecimento da realidade dos fatos administrativos, cabe a nós da Oposição denunciar as irregularidades e veiculando as notícias que o povo saber precisa para que, no futuro, possa escolher com isenção, sabedoria e discernimento, seus governantes.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assomamos hoje à tribuna para apresentar voto de congratulações pela soberana decisão do Governo Brasileiro, em conseguir sua independência nuclear através do acordo de cooperação e transferência da Tecnologia Nuclear da Alemanha.

O requerimento que iremos subscrever, está vasado nos seguintes termos. (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER sejam enviados votos de congratulações desta Casa ao Exmo. Sr. Presidente da República, GAL. ERNESTO GEISEL, ao Ministro de Relações Exteriores, Embaixador AZEREDO DA SILVEIRA e ao Presidente da NUCLEBRÁS, Embaixador PAULO NOGUEIRA BATISTA, congratulando-se com a assinatura, no próximo dia 27 deste mês, em Bonn, do acordo atômico entre o Brasil e a República Federal da Alemanha.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 1975.

a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

JUSTIFICATIVA:

Ainda na semana passada, tivemos a oportunidade de ocupar a tribuna para tecer considerações a respeito do problema de energia, ressaltando o esforço paranaense nesse campo, através da COPEL, a potencialidade do nosso Estado em duplicar, nos próximos 10 anos a capacidade energética em nosso País, com a construção de Itaipu, a hidrelétrica de Foz do Areia, Salto Osório, Salto Santiago e Salto Segrado.

Fizemos, naquela ocasião, considerações a respeito do II PND, adiantando, que a grande mudança conceitual do modelo brasileiro de desenvolvimento de crescimento apresentado, é caracterizado pela nova filosofia de crescer diminuindo a dependência externa energética e também tecnológica.

Afirmamos, “no II Plano Nacional de Desenvolvimento aprovado no ano passado pelo Congresso Nacional, o Presidente Geisel chama a atenção da Nação para o urgente, urgentíssimo esforço, no sentido de reduzirmos nossa dependência do exterior em matéria de Petróleo. Como?

Intensificando as pesquisas no País e, ao mesmo tempo, tirando o máximo proveito dos grandes recursos naturais de que o País dispõe em outras fontes de energia — o carvão, o xisto, a hidroeletricidade — e ingressando sem mais mudanças, e com audácia, na era tecnológica de origem nuclear”.

Definida a estratégia, passa-se agora, à ação.

No próximo dia 27 o Chanceler Azeredo da Silveira assina

com o Governo Alemão um contrato no valor de 12 bilhões de marcos, considerado o “Contrato do Século,” visando construir em nosso País, além de uma usina de beneficiamento, oito centrais nucleares, produzindo, cada uma delas 1 milhão e 200 KW, e no conjunto, adicionando quase 10 milhões de KW à capacidade brasileira de geração de energia elétrica.

Na verdade, no nosso atual estágio de evolução industrial, faz-se mister que o Brasil, defina sua política nuclear, uma vez que temos um problema concreto a resolver: até 1985 a capacidade hidrelétrica da Região Centro-Sul do País estará esgotada e é nesta área que concentram 45 por cento de nossa população e 70 por cento da produção industrial Brasileira.

Apesar da posição brasileira de usar a energia nuclear para fins pacíficos, várias foram as pressões exercidas visando destruir o entendimento germano-brasileiro e, conseqüentemente, a possibilidades do Brasil utilizar o átomo ainda nesta década. Pressões de ordem política, através do posicionamento contrário do Governo da União Soviética e do governo e Parlamento Americano, receberam ativa resposta do governo e do Congresso Brasileiro, principalmente da Câmara Alta, onde Senadores dos dois partidos — ARENA e MDB — se solidarizaram com a posição do Governo Geisel e repudiaram com veemência os ataques dos jornais “NEW YORK TIMES”, “WASHINGTON POST” e da Agência Soviética TASS”.

Porisso mesmo, é que cientistas, políticos e comentaristas de alta nomeada nacional, consideram que no próximo dia 27, o acordo de cooperação nuclear que o Brasil irá estabelecer com a Alemanha Ocidental, significa o primeiro capítulo da história da nossa independência no campo da energia atômica. E ao mesmo tempo finda-se a luta que o Brasil travou para conseguir essa dura conquista, comparada por muitos, como tão ou mais dura que a memorável batalha travada pelo monopólio estatal do petróleo.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado, quarto orador inscrito.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A propalada distensão política que alcançou os quatro cantos deste País, de início, levou ao povo brasileiro, as esperanças de liberdade necessária para o crescimento e desenvolvimento de nossa terra.

Posteriormente, começaram a surgir as notícias controversas e a propósito, a “Gazeta do Povo”, de sexta-feira, dia 20 do corrente, sob o título “Governo não abdicará da lei revolucionária”, esclarece, através de seu portavoz, que o Governo não abrirá mão, de forma alguma, pelo menos por enquanto, do Ato Institucional nº 5 e do Decreto-Lei 477.

Logo sentimos que não há nem prenúncio de distensão política, porque, enquanto as leis de exceção permanecerem; enquanto perdurarem os privativos de liberdade, não poderá haver Democracia, a Democracia tão esperada pelo povo brasileiro.

Nesta oportunidade, ocupo o Pequeno Expediente desta reunião, para anunciar à Casa que, amanhã, no Grande Expediente, apresentarei um trabalho que fiz, desde 1º de abril de 1964 até nossos dias. E, através desse trabalho, procuraremos chegar ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República deste País, ao Excelentíssimo Senhor Ministro da Justiça, e fazer sentir que esses privativos de liberdade, criados pelos Atos Institucionais e que chamaremos, ridiculamente de leis de exceção, de tal forma este País que contribuíram para o mais alto empobrecimento das classes laboriosas desta Nação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o motivo, portanto, de nossa vinda à tribuna, hoje, é para anunciarmos que, amanhã, estaremos aqui a fim de apresentarmos um trabalho esclarecendo os efeitos da manutenção das leis de exceção que tanto têm prejudicado este País.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni, quinto orador inscrito.

O SR. IVO THOMAZONI – Sr. Presidente, Srs. Deputados. Não poderia deixar sem registro, porque há poucos minutos S. Exa. o Sr. Deputado Otávio Pereira referiu-se a fatos novos não só para mim como para o Paraná.

Disse S. Exa., lendo um discurso, que quero acreditar que o cidadão que escreveu o discurso para S. Exa. ler, está completamente fora da realidade paranaense, ao afirmar que S. Exa. o Sr. Governador do Estado, há poucos dias, manifestou desejo de abandonar o governo estadual e só não o fez, por solicitação de amigos e companheiros mais chegados.

Inicialmente, devo dignificar que o Governador Jayme Canet Junior está à frente do Executivo Estadual, disposto, porque está a promover uma administração voltada para os interesses da coletividade brasileira que mora no Paraná. Em instante nenhum S. Exa. vacilou ou vacila diante da determinação de levar avanti sua meta governamental.

Há poucos dias S. Exa. deu a público que estamos discutindo, a nível de liderança municipal e estadual, um documento sintetizando o projeto de desenvolvimento do Paraná.

E S. Exa. está promovendo uma administração neste Estado, digna de elogios. E está afeito a comandar os destinos de nossa terra, tendo, para tanto, o apoio incondicional da bancada do nosso Partido nesta Casa, as lideranças municipais e da ARENA do Paraná. E haveremos de demonstrar essa unidade, em todos os episódios que se ferirem nesta Casa ou fora dela.

Portanto, apenas para que se desminta uma afirmação leviana de que S. Exa. estivesse em qualquer instante pensando, em renunciar, coisa que não ocorreu e que não vai ocorrer, para que não se cometa mais uma leviandade desta Tribuna, para que se fale aqui uma linguagem correta, honesta, para que não se procure incompatibilizar o Governador do Estado com a opinião pública, é necessário que afirmações dessa natureza sejam desmentidas.

Faço o desmentido, porque convivo com S. Exa. e também com os seus assessores mais chegados.

O Governador do Estado está no início de uma administração que haverá de ser, para a felicidade do Paraná, uma das melhores que já tivemos.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente. Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Alberto Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Paraná hoje reflete no território nacional uma imagem realmente que condiz com a realidade brasileira, imagem essa de progresso e desenvolvimento, acima de tudo demonstrando o aprimoramento cultural que está sendo implantado no território paranaense.

Existem em nosso Estado três Universidades estaduais: a de Londrina, de Maringá e de minha cidade, Ponta Grossa.

Na primeira etapa a organização dessas universidades situadas no Norte do Paraná, tiveram a contribuição efetiva do Estado, da União e das comunidades representativas pelo poder público municipal e principalmente pelos comerciantes e industriais. Nessa contribuição o maior papel representativo da comunidade foi do Poder Público instituído nas pessoas dos ilustres prefeitos de Londrina e de Maringá.

Infelizmente, na minha cidade, que é Ponta Grossa, a Universidade Estadual, na parte da comunidade foi, unicamente, representada pelos alunos, onde o dispêndio e o custeio para a emancipação econômica da nossa instituição foi feita com uma contribuição mínima e irrisória de 80 mil cruzeiros, até o dia de hoje, por parte do Poder Público de Ponta Grossa.

Acredito que, no Norte, onde esses poderes estavam entregues a pessoas identificadas com o futuro de nossa geração, fize-

ram com que fossem agraciadas aquelas administração da Universidade com uma soma bem maior, que representava igualmente o desenvolvimento industrial, comercial e cultural.

O que nos traz a esta tribuna é para posicionar as três Universidades. Estivemos no Palácio Iguaçu com uma área de influência da nossa instituição, com os Srs. Prefeitos da região dos Campos Gerais, com o ilustre Deputado da Arena, da minha cidade, David Federmann, com o ilustre prefeito e com os líderes da comunidade da Princesa dos Campos e o que fomos reivindicar a S. Exa. o Governador anterior e do de agora, Emílio Gomes e Jayme Canet. Não fomos reivindicar dinheiro; não fomos reivindicar alguma coisa que não estivesse ao alcance do mais alto mandatário do Estado; não estivemos lá com o demonstrativo financeiro, apontando na economia da nossa Universidade um déficit em seu orçamento. Fomos mostrar-lhe que, realmente, que a primeira administração da nossa Universidade, da nossa fundação na pessoa do ex-Reitor Alvaro da Cunha Rocha, deu à região, ao Paraná e ao Brasil uma organização sólida, afoita e acima de tudo, voltada para os interesses educacionais do território brasileiro.

Em sequência nossa organização, após a administração do Reitor Alvaro Rocha, está sendo administrada pelo Vice-Reitor Odeni Villaca Mongruel, que fazia parte da primeira direção da nossa fundação. E o que fez o atual Reitor de Ponta Grossa. Continuou naquela linha de ascendência educacional e financeira, dando mostras de que quando uma Diretoria está entregue a mãos decentes, honestas e capazes muito pode fazer mesmo não tendo contribuição que Londrina e Maringá tiveram da comunidade. Entretanto, quero registrar, Srs. Deputados, que houve uma única contribuição recebida, até o dia de hoje, por parte do comércio e da indústria, foi recentemente das Indústrias Klabin do Paraná que deram o Processamento de Dados Eletrônicos à nossa Instituição. Somente com esta contribuição, a primeira reitoria e esta atual representativa do colegiado de nossa Instituição na pessoa de Odeni Villaca Mongruel, fomos ao Governador do Estado, não reivindicar ajuda financeira para trazer à nossa Instituição, à nossa região dos Campos Gerais, algum onus para o Governo. O que é que foi requisitado ao Sr. Governador do Estado? O que é que foi requerido ao Sr. Governador do Estado? Uma medida que está ao seu alcance. Neste nosso pronunciamento queríamos externar ao Paraná que aquela imagem que possuíamos, graças às nossas administrações que passaram por nossa Universidade Estadual, traduziram ao Paraná uma imagem pela qual a Universidade Estadual de Ponta Grossa reivindicamos uma única coisa, o passamento do Colégio Agrícola Augusto Ribas, ao acervo da nossa Universidade, para dar a infraestrutura necessária para implantarmos o curso de Engenharia Agrônômica, reclamado e requisitado por toda a nossa região, eminentemente agrícola e hoje se transformando em industrial.

Quero pedir aos Srs. Deputados, quero também transparcer neste mesmo pronunciamento, de que, todas as outras Universidades e os outros quadrantes do Paraná onde também reclamam novas escolas, novas instituições educacionais, queremos nos posicionar na nossa Ponta Grossa, que dê um exemplo de administração até, ao Brasil, de que, entre todo o território nacional é uma das poucas universidades que hoje desfruta, em todo o cenário federal, de um exemplo de administração, de organização, de institucionalização educacional que não é orgulho nosso, é orgulho de todos os Srs. Deputados, é orgulho de todo o Paraná.

Estivemos com o Sr. Governador reivindicando uma única coisa, sem ser auxílio financeiro, sem ser onus algum ao Governo do Estado: um patrimônio que está ali abandonado e eu sou testemunha disto, assim como toda Ponta Grossa o é, de que o patrimônio está ali, sendo enterrado pelo tempo, abandonado pela administração, e nós, que queremos somar a esta adminis-

tração, queremos trazer a Ponta Grossa mais um curso, não para nós, mas para a família pontagrossense.

O SR. VALTER PIETRÂNGELO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Sr. Deputado, reivindicação muito justa.

Ocorre, Sr. Deputado, que o assunto que V. Exa. abordou sobre universidades, realmente deverá ser trazido à tribuna, para que esta Casa, passe a analisar com bastante cuidado, com bastante seriedade e profundidade, o ensino universitário no Estado do Paraná, eis que a Universidade de Maringá, cujo orçamento para o corrente exercício deve estar em torno de 18, 20 milhões de cruzeiros, já propôs à Superintendência do Ensino Superior, o orçamento que vai além de 50 milhões, para 1976; a Universidade de Londrina, não sei muito bem, mas, o orçamento no corrente exercício em torno de 35 milhões de cruzeiros, já propôs, para 1976, um orçamento na ordem de 116 milhões de cruzeiros; não sei a quanto está, a quanto anda e qual é a proposição orçamentária da Universidade de Ponta Grossa para o exercício vindouro. Se atualmente o Estado já encontra dificuldade para poder suportar o ensino universitário paranaense, imagine V. Exa. a partir do próximo ano?

É um problema vital e fundamental para o qual nobre Deputado, nós deveremos começar a nos ater para que a situação, em 1976, não se torne, sobretudo, trágica para o ensino superior paranaense. Na implantação da Lei 5.692 no Paraná, quando ela exige para cada metro de obra, 4 metros de área, exige outras diretrizes, exige o aperfeiçoamento do professor, do corpo docente e dá esse encargo ao Estado. Nós entendemos que o Dr. Canet nesta história não tem culpa no cartório. Realmente, o Estado terá que fazer um investimento extraordinário no setor educacional de primeiro e segundo graus, e consequentemente, sem dispor de orçamento para isto, vale-se, inclusive, daquilo que está destinado aos universitários. Consequentemente, com isto, não poderá suprir o ensino superior no Paraná. A Universidade de Maringá está com um passivo, numa dívida de 15 milhões de cruzeiros, uma coisa absurda. Portanto, caríssimo Deputado, nós precisamos nos preocupar com o assunto, precisamos cobrar do paranaense Ney Braga, Ministro da Educação e Cultura, uma solução para este problema. Não existe outra fórmula, a não ser injetar no ensino universitário, os recursos federais através de soluções com maior objetividade, da federação em nossas três universidades, de Ponta Grossa, de Londrina e de Maringá, ou então, que o Ministério da Educação e Cultura procure materializar uma solução e venha, evidentemente, garantir a evolução do nosso ensino superior. Para 1976, meu caro Deputado, o Estado deverá investir, se não houver uma solução, 20 milhões de cruzeiros por mês, para sustentar o nosso ensino universitário.

Acho e entendo que este Poder deve se incorporar ao Poder Executivo, às forças vivas paranaenses, para que o Estado do Paraná possa ser ouvido e tenha as suas três universidades federalizadas. Num diálogo sigiloso só mantido entre S. Exa. o Sr. Governador de Minas Gerais, Sr. Aureliano Chaves com o nosso Governador Canet, o Governador Mineiro declarou que em seu Estado não existe uma universidade sequer que não esteja já federalizada. Estes dias a imprensa publicou uma declaração do Deputado Federal Norton Macedo afirmando que em quatro anos o Paraná recebeu apenas 42 km de rodovias asfaltadas do Governo Federal. Estamos realmente abandonados e agora, muito mais grave no nosso setor de ensino superior. Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Agradeço o aparte oferecido pelo representante de Maringá nesta Casa, nosso companheiro e amigo, que traduz, através do seu pronunciamento, o pensamento quase que unânime desta Casa que, realmente, acima dos outros interesses do Governo do Estado, acima das outras metas de S. Exa. o Sr. Governador, deverá ter a primórdio, no sentido educacional, dos Srs. Deputados, no que se refere ao ensino uni-

versitário, no território paranaense, disse eu ao ex-Governador Emílio Gomes quando tivemos deste mais alto mandatário do Paraná, a palavra empenhada de que remeteria a esta Casa, uma mensagem, pela qual, daria as condições mínimas para o funcionamento do curso de Engenharia Agrônômica de nossa cidade.

Tivemos do ex-Secretário Cândido Martins de Oliveira, a total atenção, e particularmente, o empenho daquele ex-secretário, para que a nossa região tivesse mais este curso, para a satisfação da família paranaense neste quadrante do território do Paraná. Queria agora, neste novo Governo, acreditar de que o atual Governador do Estado, imbuído do melhor propósito, junto com a sua equipe, principalmente, com o atual Secretário de Educação, Sr. Borsari Neto, fazendo com que aquela mesma intenção do governo passado que, por uma questão de tempo, não remeteu a esta Casa, o prometido à família das Princesas dos Campos Gerais. Em contado com este atual Governador, junto com todas as lideranças da região, tivemos a resposta de que, em um espaço mínimo de tempo possível, S. Exa. o Sr. governador daria à comunidade a resposta a esta aspiração.

Creio, Srs. Deputados, passados quase quarenta dias do nosso contato...

O SR. LÁZARO DUMONT – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Meu prezado colega, Luiz Carlos Zuk. É com satisfação que eu peço o aparte a V. Exa., para parabenizar V. Exa. pelo pronunciamento que V. Exa. está fazendo na nossa Casa no dia de hoje. E antes de me congratular também com o aparte dado pelo brilhante Deputado Valter Pietrângelo, principalmente, de que este Poder deverá se empenhar para dotar às cidades do Paraná, principalmente, às universidades do interior, onde lutam com mais dificuldades para obtenção de novos cursos. Pois grande parte dos alunos que frequentam estas Universidades, provêm das zonas rurais, de famílias pobres, são moços desejosos de assumir uma função importante, do nosso Estado, que é o direito do Ensino.

Louvamos o pronunciamento de V. Exa. e queremos nos congratular. Não sei o que este modesto Deputado poderia propor, para colaborar com V. Exa. no sentido de que esta reivindicação que V. Exa. traz a esta Casa no dia de hoje e que levou, se não me engano há uns dois meses atras, quando eu vi V. Exa., conversando com uma roda de amigos, acompanhado de líderes da região de Ponta Grossa, ao Sr. Governador, eu digo a V. Exa. que darei o meu apoio, porque acho que o Paraná precisa de mais técnicos para a nossa agricultura, precisamos expandir mais as nossas Faculdades de Agronomia. Acredito, que se o Governo atender a esta reivindicação que V. Exa. traz à Casa no dia de hoje, vai contribuir em muito para o Paraná, principalmente, para o nosso Estado, que, dia a dia, mês a mês, se acelera mais no contexto nacional, como um grande fornecedor, daquilo que é mais importante para o homem, que é a alimentação que mata sua fome e faz com que possa trabalhar. Meus parabéns e pode contar com o apoio modesto deste Deputado.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Agradeço ao particular amigo, nobre Deputado Lázaro Dumont, que endossa o espírito de que estamos imbuídos nesta Casa, que é o de exercer o mandato em termos de Paraná, deixando de lado os interesses pessoais e partidários, para atender os interesses da coletividade.

E a atitude de V. Exa., como acredito que a da totalidade da bancada da ARENA nesta Casa representada pelo seu líder quando os interesses são da família paranaense, não poderia ser outra a não ser esta, de pronta colaboração.

Queria pedir vênias aos Srs. Deputados para ler “Perfis da cidade”, de Ponta Grossa:

“A data de 20 de junho assinalou a passagem do primeiro aniversário da gestão do professor Odeni Villaca Mongruel na Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pois nesse dia, juntamente com o professor Daniel Albach Tavares, na

Vice-Reitoria, assumia o honroso cargo dando início à segunda gestão administrativa de nossa Universidade.

Partindo de uma base legal e estrutural sólida, que como Vice-Reitor da Primeira gestão ajudou a consolidar, o Reitor Odeni Villaca Mongruel vem desenvolvendo intensa atividade no sentido de atingir metas perfeitamente entrosadas com o espírito da universidade moderna, fortalecendo a posição econômica e ampliando sensivelmente a serventia da Instituição, partindo corajosamente para o objetivo principal e indeclinável que é a implantação do campus universitário, sem o que a expansão da universidade ficará totalmente comprometida.

O que foi conseguido no primeiro ano da gestão da nova Reitoria significa um avanço considerável impulsionado pelo dinamismo, experiência e entusiasmo do Reitor, eficientemente auxiliado pelo grande trabalhador que é o Vice-Reitor e toda uma equipe de colaboradores que gradativamente vai vencendo uma série de obstáculos e conquistando metas que realçam cada vez mais o renome de nossa principal casa de ensino.

O cronista que vem acompanhando esse roteiro de trabalho de um lustre para consolidar a nossa Universidade, não só como entidade tipicamente regional e realmente moderna no seu sistema reformado sabe avaliar o que representa este primeiro ano de uma gestão que dá exemplo ao Paraná e ao Brasil e que está imbuída de bons propósitos de tornar realidade as aspirações de uma comunidade".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a família da região de Campos Gerais, representado não só por este Deputado, não só pelo nobre Deputado da Arena, David Federmann, não só pelo Sr. Prefeito, mas pela família da região de Campos Gerais, através de todos os órgãos ali credenciados, de todos os órgãos que ali se fazem presentes, que seja reclamado esse benefício para a nossa cidade. Pedimos que o Governo do Estado proceda o passamento do patrimônio do Colégio Agrícola Augusto Ribas ao acervo de nossa Universidade.

Quero, neste instante, além de agradecer os préstimos do Sr. Deputado Lázaro Dumont, pedir a todos os Srs. Deputados que apoiem nosso pedido, pois acredito que os interesses coletivos deveriam ser da totalidade dos Srs. Deputados.

O SR. GILBERTO CARVALHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, é com satisfação que estamos ouvindo esse pronunciamento tão importante. E com maior satisfação ainda que ouvimos, de V. Exa., a notícia de que, em Ponta Grossa existe um excelente reitor. E isso é motivo de orgulho para todos, não só do povo de Ponta Grossa, mas de todo o Paraná. Porque, sei bem o que significa um bom reitor numa Universidade. Deve merecer todo nosso respeito, todo nosso apoio.

E tenho certeza que S. Exa. o Sr. Governador do Estado haverá de se sensibilizar com a reivindicação feita pela região de Ponta Grossa, porque é uma reivindicação voltada para o desenvolvimento de nossa agricultura, pois que visa melhor preparo técnico de nossos jovens, daqueles que querem ingressar na agricultura.

Creio, nobre Deputado, que começamos bem esta semana com esse brilhante pronunciamento de V. Exa.

E, juntamente com V. Exa., vamos lutar para que o Governo do Estado atenda, da melhor forma possível, essa reivindicação de Ponta Grossa.

Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS – Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. LINEU TURRA – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Zuk, tenho a satisfação de apartear-lo nesta oportunidade, não é de meu feitio, mas o faço para me congratular com V. Exa. e também para me incorporar à reivindicação justa de Ponta Grossa. Porque, como V. Exa. sabe, Pal-

meira, município que tenho a honra de representar, através da Universidade de Ponta Grossa, vem formando jovens. E é esse, o caminho certo, no momento, para os jovens palmeirenses adquirirem conhecimentos, especialmente nesse campo da agronomia, que muito interessa ao Paraná e ao Brasil.

É importante essa reivindicação de V. Exa., não só para Ponta Grossa, mas para nós também de Palmeira, temos grande interesse para essa realização, porquanto é ali que ele vem buscar conhecimentos e Palmeira se incorpora às reivindicações de V. Exa. e agradece a honra de poder apartear-lo nesta oportunidade.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK – Eu é que agradeço, nobre Deputado. Queria dizer que o atual Secretário de Educação, em contato particular que mantivemos com S. Exa. o Sr. Secretário Borsari Netto, demonstrava ele o total assentimento para que essa doação fosse concretizada. Também acredito que com essa representação da da pela palavra do ilustre Deputado da ARENA, e já somando o que o Deputado David Federmann expôs há dias, tudo isso vem em reforço do posicionamento da comunidade dos campos gerais e faz com que S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet Junior traduza através de uma nota, que não poderá ser outra, a não ser o de realmente consentir de que aquele patrimônio passe ao acervo da instituição do ensino oficial de Ponta Grossa.

Esse demonstrativo ao Paraná, de que as nossas reivindicações através da Reitoria, são reivindicações para criação de novos cursos, não para dotação orçamentária para suprir essa ou aquela falha da administração da Reitoria.

Tem a nossa Reitoria dado ao Paraná e a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, e principalmente ao Sr. Ministro da Educação, o paranaense Ney Braga, que já passou pelos mais altos cargos neste Estado e que hoje representa os anseios, não nossos mas de todos os brasileiros, a fim de conseguir um ensino mais amenizado, no sentido de pagamento, quando teremos uma Universidade de portas abertas para os menos favorecidos pela sorte, que poderão, em igualdade de condições, frequentar um curso superior.

Acredito que o atual Ministro Ney Braga, através de seu Ministério, do seu trabalho nessa importante pasta federal, olhará com carinho aquele povo que no passado, no presente e creio que também no futuro, haverá de recomendar, como exemplo da família paranaense, aquele homem, porque quem recebe, retribue, porque o Paraná deu a esse atual Ministro, além do mandato eletivo, onde ele ocupou o cargo para o qual foi eleito diretamente, ocupou ele ainda o respeito da família paranaense, no sentido educacional.

Pretendemos que o atual Ministro da Educação olhe com simpatia, carinho para nós outros, paranaenses, que queremos, não só a federalização das três universidades, queremos também apelar para nosso ensino médio.

Aureliano Chaves, Governador de Minas Gerais, teve a satisfação de falar que no seu território, não tem uma Universidade que não seja federalizada, pela receptividade do organismo político daquele Estado, e também quando ascenderam aos mais altos cargos da Nação, homens identificados com o Estado de Minas Gerais, voltaram eles suas vistas a todo seu empenho, para resolver os problemas daquele Estado.

Queremos que uma linha idêntica, que uma medida correlata seja tomada no Paraná, pelo paranaense Ney Braga, hoje Ministro da Educação. Se tomarmos lá fora o exemplo, não somente no sentido educacional mas outros exemplos, como do Rio Grande do Sul, de amparo num sistema de estradas que foi implantados nos últimos Governos pelos homens nascidos no Rio Grande do Sul e que foram levados para o mais alto cargo de Presidente da República, os quais não esqueceram o seu Estado e principalmente o seu município natal.

Queremos reivindicar em termos de Paraná para que S.

Exa. Ney Braga siga o exemplo dado pelos Srs. Presidentes da República e que deram ao Estado do Rio Grande do Sul a primazia no sentido viário de todo o território riograndense. Se verificarmos as estatísticas do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, Setor Sul, haveremos de tornar público que, realmente o bairrismo dos Srs. Presidentes, que nós não condenamos, deram ao seu Estado natal aquilo que o Paraná poderá ter no dia de amanhã através do Ministro Ney Braga.

Ao encerrar, Sr. Presidente, queríamos fazer um apelo, da tribuna, para que fosse enviado a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, a S. Exa. o Sr. Ministro Ney Braga e a S. Exa. o Sr. Secretário da Educação do Estado, Borsari Netto, uma cópia deste nosso pronunciamento com os ilustrados apartes dos colegas deputados, nesta Casa, referendando aquilo que pleiteamos não para a região dos Campos Gerais, mas aquilo que pleiteamos ao Paraná.

Acredito que o atual Governador, imbuído dos melhores e maiores desejos para com o ensino universitário, haverá de dotar a nossa cidade, a nossa região dos benefícios que está ao seu alcance e que somente falta um pouco de boa vontade para traduzir efetivamente a conquista da Universidade Estadual de Ponta Grossa, com a criação do curso de Engenharia Agrônômica.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Aragão Matos Leão.

O SR. ARAGÃO MATOS LEÃO — Sr. Presidente, declino da palavra.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, nesta oportunidade, queria levar ao seu conhecimento que me é impossível apresentar o trabalho pelo qual me levei a inscrever no Grande Expediente. Restam apenas dez minutos do horário regimental. E daí pediria a V. Exa. para que pudesse trazer o meu trabalho na forma que anunciei no Pequeno Expediente, inscrevendo-me para o Grande Expediente do dia de amanhã, logo após o primeiro orador.

É o requerimento que faço nesta oportunidade à Mesa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não tem como deferir o seu pedido. A sua inscrição poderá ser feita no último lugar dos que já estão inscritos para o Grande Expediente da sessão de amanhã.

O SR. LÚCIO MACHADO — Aguardarei de acordo com a ordem cronológica das inscrições, porque será impossível fazer a apresentação do meu trabalho nos dez minutos que restam para a Hora do Expediente.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — (Lê): “Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Os dois primeiros financiamentos para armazenagem a nível de Fazenda do Programa Nacional de Armazenagem, instituído pelo Governo Federal, beneficiaram produtores paranaenses. Os contratos foram assinados com o Banco Central, tendo como agente financeiro o Banco de Desenvolvimento do Paraná.

A rapidez com que os benefícios foram transferidos para os produtores, caracteriza a atenção que o Governo paranaense vem dedicando ao setor agrícola. E é justo que seja assim. A agricultura do Paraná é responsável por um quarto do valor da produção agrícola do País e é o fator de maior ponderação na renda interna do Estado. E os problemas que enfrenta e que a cada ano, nas épocas de safras se agravam, tem prejudicado o seu desempenho. Entre esses problemas e talvez o mais inquietante,

pelos inúmeros reflexos negativos sobre todo o sistema econômico, do produtor ao consumidor, seja a insuficiência da capacidade de armazenagem, que somente na safra 74/75 situa-se em torno de 1.100 toneladas de capacidade estática. . Consciente do problema, o governo estadual, através do BADEP, realizou estudos e elaborou o PROPAZEM — Programa Paranaense de Armazenagem, para cobrir o déficit previsto, que exige investimentos superiores a 600 milhões de cruzeiros, para atender apenas as safras 74/75 e 75/75.

A armazenagem distribuída convenientemente, desde as zonas de produção, tem importância relevante na diluição dos fluxos da produção, uma vez que evita os congestionamentos verificados nas épocas de safras. Congestionamentos nas estradas e nas unidades coletoras regionais, onde se observam filas que, muitas vezes retêm caminhões por mais de 24 horas, aumentando substancialmente os custos de transferência pagos pela agricultura para levar a produção da lavoura até as unidades de recepção. Tem também importância relevante na diluição dos fluxos financeiros, porque a armazenagem apresenta um processo de fluência mais lento, mais acomodado, sem causar graves pressões sobre o sistema. Mas o fator preponderante a ressaltar num programa de armazenagem é a possibilidade de dar à agricultura capacidade física de guardar adequadamente sua produção para dispor dela quando melhor lhe convier.

Há outros aspectos a considerar. Para que os produtos agrícolas destinados à alimentação possam cumprir suas finalidades básicas precisam manter suas propriedades. Em função disso é fundamental conservá-los, pois não são consumidos exatamente na mesma época de sua produção, sendo às vezes necessário aguardá-los por um longo período. Considerando-se, pois, que as colheitas se realizam ciclicamente e que o consumo ou a industrialização se processam constantemente por um espaço de tempo mais demorado, evidencia-se a importância dos armazéns e silos que, numa moderna concepção de agricultura são indispensáveis como fator de proteção e conservação das safras.

A importância maior, todavia, da armazenagem, está no papel que desempenha para que as qualidades dos alimentos, tanto germinativas como nutritivas sejam conservadas, evitando-se as perdas por deterioração. Estas perdas, aliadas a outras acarretadas pelas deficiências do sistema causam graves prejuízos à economia nacional. Técnicos no assunto estimam que elas chegam a vinte por cento.

Pode-se imaginar o que essa percentagem representa sobre a economia do Estado, cuja agricultura a cada ano supera seus próprios índices de crescimento, como demonstram a análise das séries históricas. A produção de soja, por exemplo, cresceu mais de mil por cento, passando de 348 mil toneladas em 1970 para 3.600 mil toneladas em 1975. O trigo, cuja safra em 1970 foi de 172 mil toneladas deverá alcançar, na próxima colheita, mais de um milhão de toneladas. E o Paraná é ainda o maior produtor nacional de milho e grande produtor de algodão, arroz, feijão e outros produtos.

Os esforços do governo paranaense para adequar a capacidade de armazenadora às necessidades do Estado caracterizam a posição de um governo que, confiando na iniciativa privada, procura, com todos os meios ao seu alcance, estimulá-la para a missão que lhe compete como agente do desenvolvimento econômico. A iniciativa privada tem um papel preponderante no desenvolvimento do Paraná, particularmente no setor rural. Nesse esforço governamental está implícita também como política de governo, a intenção de fortalecer o produtor rural transferindo, cada vez mais as suas mãos, a decisão sobre o fruto de seu trabalho. É a certeza de que somente uma agricultura forte pode decidir sobre as melhores condições de negociações de seus produtos.

O SR. MUGGIATI FILHO — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Eminente Deputado Ivo Thomazoni, por força das circunstâncias, não pude me ater melhor ao início do pronunciamento de V. Exa., mas me parece que V. Exa. apenas está fazendo referência a iniciativa governamental que visa encaminhar recursos através do BADEP, para o desenvolvimento de armazéns em nosso Estado, para a construção de armazéns, que visem reter a nossa produção para a sua comercialização dentro do Paraná.

Gostaria, apenas, de fazer uma ponderação a V. Exa. que é fruto de um exame paralelo, ou de uma observação paralela que fizemos há poucos dias, a exemplo de um outro problema que não vem ao caso neste momento. O Paraná está em diversas regiões dotado pelo IBC de armazéns de grande capacidade. Parece-me principalmente, pelo abandono consciencioso que V. Exa. dá a medida governamental, que é realmente das mais oportunas.

Mas, veja V. Exa., que nós já tivemos, em algum momento, crise de armazéns.

Apenas indagaria de V. Exa. se não seria oportuno que o governo estabelecesse o aproveitamento dos armazéns do IBC que, na sua maioria, não estão com sua capacidade preenchida, como consequência do estoque de café do Brasil ter diminuído, estando, portanto, com uma grande diferença dos estoques de três ou quatro anos atrás. Há companhias, há empresas privadas, e citarei a CIANORTE que têm mantido convênio com o IBC, utilizando parte desses armazéns para o exercício de suas atividades comerciais.

Qual o motivo por que o Governo não se utiliza dos armazéns do IBC para outra finalidade?

O SR. IVO THOMAZONI – Inicialmente, devo informar que o Governador do Estado já entrou, acerca de trinta dias, em entendimento com o Presidente do IBC no sentido de que seus armazéns, principalmente na zona de produção agrícola, sejam colocados à disposição da COPASA. Posso adiantar que numa informação prestada pelo IBC ao Governo, já se fez referência a que alguns armazéns estariam colocados à disposição da CIBRASEM. Parece que é o caso de Cascavel onde armazéns do IBC estão a serviço da CIBRASEM para armazenamento de soja, trigo e milho.

Mas S. Exa. o Sr. Governador está ainda desenvolvendo gestões no sentido de que se for impossível para a CIBRASEM, com a estrutura que tem no Estado do Paraná, manter sob sua guarda a manutenção desses armazéns, então que transmita à COPASA esta incumbência, acertando valores quanto aos alugueres dos mesmos.

O SR. LÁZARO DUMONT – V. Exa. permite um aparte?
(Assentimento).

Com referência à preocupação do Deputado Muggiati Filho, quero dar uma informação, que talvez V. Exa. fosse dar mais adiante, de que recentemente, em Palácio, conversando com o Sr. Governador do Estado e com o Secretário da Agricultura sobre este assunto, nos foi informado que o IBC já estaria elaborando um plano técnico de adaptação desses armazéns. Evidentemente que tanto o trigo quanto a soja são estocados à granel.

E, para satisfação nossa, o governo do Estado está empenhando nisso, e acreditamos que o IBC cederá esses armazéns ao Paraná, para que se possa dar maior escoamento à safra de trigo e soja.

O SR. PRESIDENTE – A Presidência comunica que está esgotado o tempo concedido a V. Exa.

O SR. IVO THOMAZONI – Desejo apenas concordar com V. Exa., Deputado Muggiati Filho, e agradecer ao nobre Deputado Lázaro Dumont, pelo aparte esclarecedor e dizer que, realmente, será difícil a adaptação dos armazéns do IBC, a transformação desses armazéns para graneleiros.

Mas, pelo levantamento procedido pelo BADEP que chegou à instalação do propasem, foi constatada uma deficiência de armazéns, segundo a estimativa, para a safra 74-75, da ordem de um milhão e 100 mil toneladas.

Quero acreditar que o BADEP, ao efetuar esse levantamento, tenha incluído a capacidade armazenadora do IBC, embora nem toda ela esteja a serviço de nossa produção de cereais.

Agradeço a V. Exa. e quero acrescentar que, nos próximos dias, o Governador do Estado já terá uma definição a respeito desses armazéns, para que eles tenham uma destinação certa e clara, servindo de suporte para esse déficit de armazéns que temos.

Muito obrigado. – (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE – Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 46 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, emenda ao Projeto de Lei Nº 119/75, de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria. Necessita de apoio. Apoiada. Será anexada ao projeto.

Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente. – Necessita de apoio. Apoiado. – Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do expediente. – Necessita de apoio. Apoiado. Irà à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO – do Projeto de Resolução n. 48/75, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n. 68/75, que aprova o Termo Aditivo firmado ao Convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e a Secretaria do Estado do Paraná, objetivando a execução de um projeto de informação de mercado Agrícola. Parecer favorável da C.C.J.-APROVADO.

2ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 119/74, de autoria do Dep. Paulo Camargo, que autoriza o Poder Executivo doar ao Banco do Estado do Paraná S.A., os lotes de terrenos n.ºs 4 e 5, da quadra 38, da planta da cidade de Tapejara D'Oeste. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.T.I.C.

EM REGIME DE URGÊNCIA.

A este Projeto foi apresentada Emenda, constante do Expediente. O PROJETO E EMENDA IRÃO À C.C.J.

1ª DISCUSSÃO – do Projeto de Lei n. 32/75, de autoria do Dep. Edilson Alencar, que autoriza o Poder Executivo criar uma Inspeção Regional de Ensino no Município de Assis Chateaubriand, cuja jurisdição abranjerá o Município de Formosa D'Oeste.

Pareceres CONTRÁRIOS da C.C.J. e C.I.P. – REJEITADO.

PROJETO DE LEI Nº 32/75

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

D E C R E T A:

Art. 1º – Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Inspeção Regional de Ensino no Município de Assis Chateaubriand com jurisdição no município de Formosa D'Oeste.

Art. 2º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de abril de 1975.

a) EDILSON ALENCAR.

JUSTIFICATIVA:

O Município de Assis Chateaubriand, situado numa das mais ricas e prósperas regiões de nosso Estado, vem despontando como uma das mais promissoras cidades do Paraná. Com a criação de uma Inspeção Regional de Ensino o que se pretende é atender uma vasta região visando proporcionar um melhor a

mais afetivo atendimento na área escolar. Atualmente Assis Chateaubriand se encontra sob a jurisdição da Inspeção de Ensino sediada em Toledo, o que dificulta o entrosamento e um melhor atendimento no ensino daquela região.

Isto exposto, acreditamos quedas mais justas é a criação da Inspeção que ora apresentamos à consideração dos Nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis, e que por certo merecerá a sua aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 32/75

I- Através do plano de lei em tela, pretende o nobre Deputado, Edilson Alencar a criação de uma Inspeção Regional de Ensino no Município de Assis Chateaubriand, com jurisdição no Município de Formosa do Oeste.

II- Embora a convincente justificativa apresentada, a proposição colide com o preceito contido nos artigos 25 e 35 da carta política do Estado que reserva ao Executivo a competência da iniciativa de leis que "de qualquer modo autorizem criem ou aumentem a despesa pública".

III- Pelo exposto, o parecer s.m.j. é pela rejeição do projeto.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1975

aa) ACCIOLY NETTO - Presidente

EZEQUIAS LOSSO - Relator

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 32/75

Autor: Dep. EDILSON ALENCAR.

1- A douta Comissão de Constituição e Justiça, embora enaltecendo a justificativa apresentada pelo nobre autor do projeto, opinou pela sua REJEIÇÃO por colidir com o preceito Constitucional que reserva, privativamente, ao Governador do Estado a iniciativa de lei que "de qualquer modo autorizem criem ou aumentem a despesa pública". (sic)

2- Nessas condições, ferido em sua constitucionalidade, seria ocioso o pronunciamento desta Comissão quanto ao seu mérito.

Dai o nosso parecer pela REJEIÇÃO do projeto.

Sala das Comissões, em 6 de maio de 1975.

aa) ROSÁRIO PITELLI - Presidente

NELSON BUFFARA - Relator.

O SR. PRESIDENTE - A Mesa tem a satisfação de registrar a presença neste plenário, do Sr. prefeito municipal de Janiópolis.

Esta Presidência comunica ao plenário que a convite da Comissão Executiva e das lideranças e da Comissão de Meio ambiente, estará nesta Assembléia, no plenário, às 16,00 horas de quarta-feira, dia 25, o professor João José Bigarella, que fará uma palestra sobre assunto de grande interesse para o Paraná, que é a erosão na Serra do Mar.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Enéas Faria, com apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Victório Elcely Cleve Francklin. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando voto de aplauso ao Sr. Deputado Federal Ulisses Guimarães, Presidente Nacional do MDB, pelo documento que intitulou "Reforma com Democracia" pelo referido documento propõe à Nação a elaboração de uma nova constituição. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário dos Transportes, consubstanciado em apelo no sentido de ser asfaltada a Estrada PR-450, trecho Centenário do Sul-Porecatú. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando seja enviado expediente ao Presidente do Banco do Estado do Paraná SA, no sentido de que seja instalada uma agência na sede da cidade de Corbélia, bem como, em Braganey, no mesmo município. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, lido da tribuna, solicitando voto de congratulações aos Srs. Presidente da República, Ministro de Estado de Relações Exteriores e ao Presidente da Nuclebrás, pela assinatura, no próximo dia 27 do corrente, em Bonn, do acordo atômico entre o Brasil e a República Federal da Alemanha. Em discussão.

O SR. NILSO SQUAREZI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valter Pietrângelo, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário de Educação e Cultura, sugerindo seja dada prioridade em suas visitas aos estabelecimentos de ensino do Estado, quando de sua ida a Maringá. - APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Sampaio, constante do Expediente, solicitando a convocação do Sr. Secretário de Educação e Cultura, para, em dia e hora a serem designados, prestar informações acerca do "Estatuto do Magistério". - Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - Fica transferida a discussão para a próxima sessão.

Concedo a palavra em explicação pessoal, ao Sr. Deputado Otássio Pereira.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA - (Sem revisão do orador).
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No início desta sessão, fizemos um pronunciamento a respeito de rumores no Palácio Iguaçu referente ao Sr. Governador do Estado.

Permito-me, ilustre Deputado Ivo Thomazoni, ler algumas palavras do meu pronunciamento: "o episódio da semana passada que transpirou dos corredores palacianos, quando o Governador exasperado ameaçou renunciar seu mandato, sendo impedido, segundo os rumores, por seus amigos mais chegados".

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, eu não sou amigo mais chegado do Sr. Governador do Estado e não me cabe dizer se ele vai renunciar ou não. Isto cabe a V. Exa. Faço votos, nobre Deputado, para que S. Exa. o Sr. Governador Jayme Canet termine seu mandato para que não verifiquemos aquilo que aconteceu em outras oportunidades quando este querido Estado, o grande Estado do Paraná, foi aquinhoadado, durante uma Legislatura, por três ou quatro governadores. E aí está o resultado.

Faço um apelo ao Deputado Ivo Thomazoni que não traga mais discursos, que alguém escreveu para S. Exa., tão prolixos. No discurso que o nobre Deputado leu havia uma palavra que não me foi possível identificar perfeitamente "sazonalidade".

Pediria ao líder do Governo que tivesse mais cuidado e fosse menos prolixo e usasse palavras que pudessemos entender logo em seguida.

Digo a V. Exa., Deputado Ivo Thomazoni, que este Deputado não é leviano. Digo a V. Exa. que levandade é aquilo que está acontecendo neste Estado do Paraná, neste Governo que V. Exa. pertence e de quem V. Exa. é líder incontestado. Deixar que volte, e não estou lendo, para a minha cidade, Londrina, o homem que bateu, espancou pessoas inocentes, o chefe da carceragem, o Sargento Arthur. Vem ele a Curitiba, faz seus conchavos e graças aos famosos comandos políticos volta ao posto seu em nossa cidade, em que pese as críticas realizadas pela imprensa, pela televisão Coroados e pela TV-Tibagi.

Leviandade, ilustre Deputado, é transferir um funcionário de um município para outro somente porque este funcionário

não votou no seu Partido nas últimas eleições. Isto sim, é levandade.

Levandade, ilustre Deputado, é fazer com que o funcionalismo fique à espera de uma melhoria, fique à espera de um aumento, fique aí, deputado Ivo Thomazoni, na miséria, como conheço centenas e centenas deles, nobre Deputado. Levandade é esconder as falhas do Governo que V. Exa. defende e em que pese, nobre Deputado, os gastos abusivos que este Governo vem fazendo com propagandas, publicidades demagógicas.

Pergunto a V. Exa.: será que esta propaganda não é paga pelos cofres do Estado?

Está se brincando com o dinheiro do povo, está se brincando com o dinheiro de nossa gente.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Otássio Pereira, V. Exa. está nervoso. Não há razão para tanto. Eu apenas desmenti, da tribuna, uma afirmação temerária feita por V. Exa. – temerária porque mentirosa, e sa mentirosa, leviana – de que o Sr. Governador do Estado teria manifestado desejo de renunciar seu mandato. A afirmação é mentirosa, a divulgação dela foi feita de maneira leviana.

Ative-me este aspecto do pronunciamento feito por V. Exa. como eu conheço V. Exa. como cidadão probo, um homem sério que não brinca neste plenário, que só discute coisas sérias, depredí que V. Exa. tivesse lido um discurso escrito por outrem, sem antes ter lido seu conteúdo, e portanto tomado o conhecimento do mesmo; porque V. Exa., que eu conheço como homem sério, jamais teria feito uma afirmação desta natureza, porque, afirmação desprovida de qualquer sentido de verdade.

Desmenti uma afirmação de V. Exa. e repto V. Exa. a que diga o nome de quem transmitiu tal informação. Nós vamos cotejar a informação. Porque eu não sou leviano, quando vou à tribuna.

V. Exa. fez uma afirmação leviana, arque com a responsabilidade dela.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Nobre Deputado, disse que não estou acostumado aos corredores do Palácio Iguaçu. Cedo o aparte ao nobre Deputado Lineu Turra.

O SR. LINEU TURRA – Deputado, V. Exa. sabe que não estou afeito a apartes e esta é a segunda vez que estou tendo a honra de apartear um colega na tribuna. Quero solidarizar-me com V. Exa. no seu pronunciamento e dizer que, na verdade, tem razão V. Exa. quando afirma que neste Estado o Partido do Governo, na agonia de uma derrota que antevia quando tudo dava de si para vencer uma eleição que via perdida. Tive oportunidade, ilustre Deputado, de verificar, aliás de assistir, na minha cidade, em que dois deputados da Arena, por causa de um posto do IPE, numa salinha que foi cedida a esta instituição previdenciária do Estado, apenas uma cadeira e uma mesa com um funcionário do Prefeito, cedido pela Prefeitura para atender aos associados do IPE, dois deputados disputavam a primazia de terem sido eles, um deles, cada qual de si, o autor da criação daquele posto e quase foram às vias de fato na Prefeitura, dentro da Prefeitura, na cidade de Palmeira. Isto eu acho que é levandade. Agora, o fato de V. Exa. trazer ao conhecimento da Casa uma notícia que chegou a dela saber, isto não é o Governador apenas, em outra oportunidade temos visto falar de pessoas, mais importantes até de que o Governador, agastados com situações ameaçaram renunciar seus postos. Isto não é nada de mais, é uma situação normal, não vejo nada de mais nisto. Acredito até que o Governador, perdoe-me o ilustre Deputado Ivo Thomazoni, ele não é titular da verdade, não é titular da honestidade, nem é titular do que não seja levandade, porque como é que pode atribuir a V. Exa. uma levandade, porque é uma situação subjetiva, nós não admitimos, se ele é mais leviano que V. Exa. nós não admitimos, eu não admito que um companheiro, um companheiro, um membro desta Casa venha taxar o outro com-

panheiro de leviano, porque eu não sou mais digno que ninguém mas não admito que ninguém searrogue de ser mais digno que eu nesta Casa.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado Linneu Turra.

O SR. PRESIDENTE – V. Exa. tem mais um minuto para concluir e pergunto se deseja prorrogar por mais 15 minutos, se V. Exa. requerer...

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Gostaria que V. Exa. prorrogasse.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que o Partido que o nobre Deputado Ivo Thomazoni defende nesta Casa, fizesse com que as escolas fechadas e abandonadas do município de Ortigueira, com vidraças quebradas, voltem a funcionar. Gostaria, nobre Deputado Ivo Thomazoni, que V. Exa., que é dono da verdade nesta Casa, gostaria que fizesse com que as palavras, eu disse no requerimento realizado por mim, logo no início da sessão, fui chamado de leviano nesta Casa, logo no início destes trabalhos, há três meses atrás, pelo ilustre Deputado Dácio Leonel de Quadros, quando eu apresentava requerimento solicitando asfaltamento da rodovia Bela Vista do Paraíso a Alvorada do Sul, fui taxado de leviano por aquele Deputado, porque dizia ele que o asfaltamento teria início dentro de 30 ou 60 dias. Passou-se este prazo e nós sabemos agora que não vai ser asfaltado mais este ano e sim vai ser asfaltado bem próximo às eleições, três ou quatro meses para facilitar a vitória do candidato do Partido de V. Exa. naquele município. Concedo o aparte ao nobre Deputado que me solicitou.

O SR. IVO THOMAZONI – V. Exa. permite um aparte?

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Gostaria, nobre Deputado Ivo

Thomazoni, que o Estado nomeasse professoras para os grupos escolares de Londrina, porque ali, há vários anos, vencem as eleições o MDB e há vários anos o nosso município não é aquinhado, não recebe nomeações de professoras, está aquele município arcando com todas as responsabilidades, nobre Deputado Ivo Thomazoni. Gostaria que V. Exa. defendesse aqui a solicitação realizada pelo Deputado Jayme Rodrigues, quando ele denunciava arbitrariedades do delegado de Polícia na cidade de Goioerê. E como prêmio, nobre Deputado, este delegado foi transferido com festas, com foguetório, para o município de Umuarama, sendo homenageado pela população daquela cidade que não sabe ainda a bomba que está recebendo.

Nobre Deputado Ivo Thomazoni, gostaria que V. Exa. solicitasse da Secretaria de Saúde e Bem Estar, que aí está fazendo campanhas, que realizasse também uma campanha contra a fome que vem grassando nos Grupos Escolares, que de acordo com o levantamento realizado pela Secretaria de Educação do meu município, constatou-se que naquela cidade de 135 mil crianças, nobre Deputado, de zero a quatorze anos, 80 por cento desta população infantil, é desnutrida, está passando fome, e nós perguntamos se isso acontece naqueles municípios, cuja renda per capita é uma das maiores do Estado, o que está acontecendo nos municípios mais pobres.

Nós estaríamos aplaudindo V. Exa. e todos companheiros nossos, se V. Exa. estivesse reivindicando do Governo Federal ou do Governo do Estado, soluções para estes problemas que afligem a nossa juventude, as nossas crianças. Tem o aparte o Deputado Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO – V. Exa., nobre Deputado, tem o nosso total apoio, principal mente na oportunidade em que foi ferido violentamente pela expressão do ilustre e preclaro líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, quando fez questão de acentuar, de que V. Exa. recebe os seus discursos escritos, que ali da tribuna lê, por mãos de outros. Quando nós sabemos que S. Exa. por uma questão de necessidade, para exercer a sua função difícil, de líder desta Casa, naturalmente, traz 99 por cento daquilo que lê, ele, escritos por suas assessorias.

Entretanto, por uma questão de respeito que merece o líder do Governo, nós nunca levantamos a questão, nem nunca dissemos que S. Exa. traz em mãos os "scripts" já feitos. E ainda nos sensibilizamos, partindo de quem partiu, o ataque, usando o pronome de leviano a V. Exa. Porque tudo que V. Exa. tem denunciado desta tribuna não existe contestação. Hoje mesmo recebi de Ribeirão do Pinhal, um telefonema, de um dos nossos companheiros recentemente ingressado em nosso Partido, funcionário público, da Saúde daquela localidade, que está ameaçado pelo Governo que age levemente, de ser transferido depois de 18 anos de trabalho, com férias em atraso, 139 sem receber. Com direitos trabalhistas não lhe dado em tempo oportuno e de acordo com o que determina a Lei. Está ameaçado pela leviandade do Governo de ser transferido para a cidade de Siqueira Campos, simplesmente porque se transferiu para o nosso partido, o MDB.

Acho uma leviandade usar do Poder e impor a força, porque leviandade, é faltar com respeito ao direito humano, leviandade política do cidadão. Então V. Exa. tem todo o meu apoio, tem todo o apoio de nossa bancada, todo o apoio do Paraná porque sua ação não é leviana, sua ação não se acoberta com a força do Governo e nem dele tem medo, denunciando todas as arbitrariedades que se cometem no Paraná e que prejudicam o desenvolvimento deste Estado.

O SR. OTÁSSIO PEREIRA – Agradeço o aparte e gostaria de dizer que tenho várias denúncias para fazer nesta Casa e não é porque o Deputado Ivo Thomazoni me chama de leviano que não as trarei para conhecimento dos deputados. No entanto, o que se verifica é que as denúncias aqui trazidas não alcança eco junto ao ilustre Deputado Ivo Thomazoni, líder do Governo.

O SR. MUGGIATI FILHO – V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Otássio Pereira, inicialmente gostaríamos de dizer que sempre entendemos que os ataques diretos, pessoais entre colegas nesta Casa, não têm a finalidade de criar coisa alguma. V. Exa. foi, pela manifestação unânime da bancada a que pertence, desagravado e bem desagravado dos excessos de defesa praticados pelo ilustre líder do Governo nesta Casa, Deputado Ivo Thomazoni. É evidente que S. Exa. se excedeu em duas partes fundamentais, a que estamos forçados a abordar para poder justificar nosso pedido de que seja dado um termo final ao caso que se criou na sessão de hoje.

Primeiramente, todos somos civilmente responsáveis e, se não o fôssemos, não estaríamos aqui. É condição essencial para que cada um de nós recebesse nosso mandato, ser civilmente responsável. Tudo que cada um de nós, faz, é responsabilidade nossa.

Parece-me que no excesso de sua defesa, o ilustre Deputado Ivo Thomazoni esqueceu este pormenor, que é fundamental. De modo que não adianta debater-se muito tempo este assunto, porque tudo que aqui foi debatido é exclusivamente de nossa responsabilidade.

Em segundo lugar, V. Exa. fez umas afirmativa no condicional. Condição ou as informações...

– (Apagam-se as luzes).

O SR. PRESIDENTE – Está suspensa a sessão por falta de energia elétrica.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 24, terça-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1ª DISCUSSÃO – dos Projetos de Lei nºs 204/69 e 49/75.

Levanta-se a Sessão.

PORTARIA Nº 303/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEM-

BLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5714/75, de 10 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

designar, os funcionários: DARIO FORTUNATO DARIF, ES-VERBEN GUIMARÃES PLAISANT e ALFREDO PRESTA, para, sob a presidência do primeiro, constituírem Comissão de Inquérito Administrativo, que apurará a responsabilidade do funcionário CARLOS EDUARDO JUNG, que consta do Edital de Chamamento nº 02/75.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 304/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5505/75, de 05 de junho de 1975, deste Poder,

RESOLVE:

I – designar, MARIA FERRER DA ROSA CUNHA, ora à disposição deste Poder Legislativo, para prestar serviços na Liderança do MDB, junto ao Gabinete do Deputado Hélio Manfrinato, até 31 de dezembro de 1975.

II – autorizar, a funcionária acima citada, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a dezesseis e sessenta e sete por cento, de seus vencimentos, perfazendo o teto máximo previsto pelo parágrafo 1º, do Art. 176, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1970, a partir de 1º de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Dir. Geral

PORTARIA Nº 305/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar, a Portaria nº 57/75, na parte a que se refere a ANTONIO DA SILVA, funcionário do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que autorizou a prestar serviços extraordinários.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral

PORTARIA Nº 306/75

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 5200/75, de 30 de maio de 1975, deste Poder

RESOLVE:

antecipar, em quinze (15) dias, as férias referentes ao exercício de 1975, concedidas a NELSON AUGUSTO DE ARAUJO, ocupante do cargo de nível PL "20", de Oficial de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, a partir de 2 de junho de 1975.

Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de junho de 1975.

a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO – Diretor Geral